

# Congresso ouve medidas primeiro

15 MAR 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

RAYMUNDO COSTA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor vai expor pessoalmente ao Congresso as primeiras medidas econômicas de seu governo, numa sessão convocada para as 10h de amanhã pelo senador Nelson Carneiro. Antes, às 7h, Collor pretende se encontrar com as lideranças em um café da manhã no Palácio do Planalto, mas o convite aos líderes não havia sido feito até ontem. Os partidos de oposição protestaram contra a decisão do presidente do Congresso de convocar a sessão especial, alegando que ela fere o regimento. Os líderes do PT, PDT e PMDB querem ter direito ao uso da palavra, o que Carneiro pretende evitar.

Coube ao futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, informar a Nelson Carneiro que o presidente eleito desejava "expor e defender" seu plano de governo no Congresso. No final da sessão realizada na noite de terça-feira, sem muitas explicações, o senador Iram Saraiva (PDC-GO) convocou a sessão para a manhã de sexta. Pressionado pelos parlamentares que já deixavam o plenário, Saraiva acabou por revelar o motivo da reunião, o que causou irritação nos líderes dos partidos que se declararam de oposição ao governo Collor.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, chegou a considerar a convocação, do modo como estava sendo feita, uma espécie de golpe contra o Congresso. Na opinião de Tito, a sessão teria a presença de poucos par-

lamentares, o que seria registrado pela imprensa e deixaria os parlamentares em dificuldades com a opinião pública. Ontem, mais calmo, Tito dizia que a sessão "contrariava a boa prática constitucional". Já o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), se dizia preocupado com o precedente que será aberto com a presença do presidente numa sessão do Congresso. No sistema presidencial, o Congresso pode destituir, mas não pode interrogar o presidente", explicou.

O fato é que Collor só poderia falar sem ser aparteado ou questionado, ao final de sua exposição, caso se tratasse de uma sessão solene do Congresso, o que não é o caso. O presidente José Sarney pôde ler sua mensagem na reabertura do Congresso, no dia 15 de fevereiro, não só porque foi convocada uma sessão solene com esse fim, mas, principalmente, porque antes houve um acordo entre os partidos, pelo qual ficou acertado que não seriam aceitos apartes e os líderes tomariam todas as providências para que o presidente não sofresse qualquer espécie de constrangimentos.

Como não houve acordo, o deputado José Genoíno (PT-SP), por exemplo, não abre mão da prerrogativa de falar ou interrogar o presidente durante a sessão, caso julgue conveniente. "Aqui ele é o convidado. Se quiser, falo com ou sem microfone." Até o final da tarde de ontem, os líderes partidários buscavam uma solução para o impasse junto ao senador Nelson Carneiro,



José Paulo/AE

*Carneiro: presidente não deve ser interrompido*